

Resenha

Qual Mouros

Giuseppe Marcocci. *L'invenzione di un impero. Política e cultura nel mondo portoghese (1450-1600)*. Roma: Carocci, 2011, 191 p.

RODRIGO BENTES MONTEIRO

O livro do historiador italiano Giuseppe Marcocci preenche uma lacuna sobre a identidade do controverso império português ao início da Época Moderna. Desde Charles Boxer e Russell-Wood, faltam mais estudos com uma visão sintética e interpretativa das conquistas ultramarinas lusitanas. Fragmentado em monografias de cariz regional, quando muito privilegiando áreas maiores como América ou Ásia, ou figurando como arranjo de obras coletivas na realidade divididas em tópicos temáticos, o tema do conjunto das possessões lusas no mundo moderno ainda carece de uma análise *per se*. Seja porque ficou maculado pela “decadência” portuguesa no *Ottocento*, ou pela ideologia salazarista, ou negligenciado em recentes visões comparativas de outros impérios coloniais, fatalmente diluído no caso espanhol.

Entretanto, Marcocci pretende contar como este pequeno reino ibérico construiu uma visão de ordem mundial calcada em valores “medievais”. Para tal propõe uma perspectiva relacional entre política e religião – âmbitos ainda segmentados em muitas abordagens, o que compromete a captação do perfil português. Evidencia assim o papel de humanistas, juristas, teólogos, embaixadores e missionários na formulação de ideias e práticas vigentes na conjuntura em tela. O ponto de partida e a chave explicativa do livro residem nas bulas papais promulgadas em meados do *Quattrocento* para aprovar o avanço português na costa africana ocidental. Por elas, estabelecia-se o nexo entre a conversão dos “infiéis” e a soberania sobre terras e homens. O fato do termo acima ser empregado como sinônimo de não cristãos traduz a própria imprecisão lusitana, que justificaria assim o aprisionamento e a escravidão de muitos africanos, bem como o menor debate sobre a liberdade dos índios no Brasil, em relação à América espanhola. O historiador italiano sublinha a importância deste aspecto matricial na forja do império luso, calcado na vontade de controlar o tráfico de negros africanos, e no eufemismo que justificava a sua escravidão pela possível conversão. Este modelo de soberania, em tudo distinto do fornecido pelo Sacro Império, seria adaptado a vários contextos com os quais os portugueses travaram contato, não sem críticas e ponderações externas e internas.

L'invenzione ... divide-se em três partes. A primeira delas aborda as premissas políticas, geográficas e jurídicas em torno de algo imprevisto: um reino europeu com ideais nobiliárquicos, doravante uma agressiva potência colonial, com uma nova teoria de legitimação. Desde a tomada de Ceuta, a cúria romana consagrava as vitórias lusas como sucessos na guerra contra o Islã. A doutrina da guerra justa autorizava os cristãos ao uso da força contra os infiéis se agredidos,

ou para reconquistar territórios outrora cristãos. Para Marcocci os motivos religiosos foram relevantes como os econômicos. A bula de 1452 estendia aos pagãos a noção de inimigos do Cristo, geralmente reservada aos muçulmanos. Dessa forma conduzia-se o nascente trato de escravos ao esquema da guerra de cruzada, os portugueses dissimulando ao procurarem esses homens não com as armas, mas com o comércio. Na legislação lusitana, “mouro” era sinônimo de “escravo”. No entanto, ao minimizar a influência das ordens militares nessa primeira fase da expansão lusa, Marcocci prefere enfatizar os progressos cartográficos, a transformação do título dos reis - englobando mais a dimensão ultramarina - e a crescente administração encetada. Na acepção cruzadista destacada, chama a atenção o envio de missões em busca do mítico rei Preste João.

O império português definia-se assim diverso do espanhol, cuja legitimidade calcava-se em bases mais independentes da Igreja. Após Granada, Colombo e Tordesilhas, a escolha castelhana de atacar o Islã pelo norte da África fragilizava os argumentos lusos. Nesse sentido, a viagem de Vasco da Gama foi uma resposta a de Colombo. Para afirmar sua soberania na Índia de mais difícil submissão, D. Manuel I invocou a bula quatrocentista, confirmada em 1502. A empresa serviria para liberar as riquezas orientais dos infiéis, dos quais esperava-se uma rápida conversão. Na América, Cabral realizava uma cerimônia semelhante a de Colombo. Mas a descoberta do Brasil não foi chancelada por bula papal, sequer referida no título dos reis de Portugal. Era a Ásia que fazia pulsar o coração do nascente império português.

Enquanto um ambiente providencialista em torno das descobertas envolvia a corte de D. Manuel I, o espírito de cruzada fortalecia-se com o avanço do império otomano na Síria e no Egito. O controle das rotas marítimas no Índico, base da potência lusitana, diminuía as despesas de soldados e administradores coloniais. Contudo, tratava-se de um modelo anômalo de domínio, desproporcional entre a pretensa jurisdição exclusiva sobre metade do mundo e um poder reduzido a fragmentos unidos pelas naus em movimento. No reinado de D. João III ocorreu um recuo no Marrocos. Eram também anos difíceis na Ásia portuguesa, sujeita a uma pressão militar crescente e com sinais de corrupção burocrática. No Brasil, afirmavam-se as capitânias hereditárias.

Surgiam então novos conselheiros régios, diferentes da primeira geração de humanistas. Os teólogos da corte eram versados na teologia escolástica, e em pouco tempo formaram uma espécie de corte suprema em matéria de missões, conversão, legislação para não cristãos, guerras, escravidão e comércio, configurando um Portugal mais frio e autônomo face à Santa Sé, paradoxalmente mais religioso. A Mesa da Consciência detinha um juízo sobre essa dimensão religiosa do império. Pois os teólogos da corte não atuaram tanto na estrutura administrativa e defensiva, mas sobre o governo dos povos. Com eles despontava uma mescla mais dura e agressiva do cristianismo ibérico, com a recusa de Erasmo e sua crítica à religião exterior, e a discriminação das minorias de origem hebraica e muçulmana.

Mas o exemplo da Roma antiga fascinou também os portugueses, mormente por aspectos de cunho religioso: a capacidade de absorver povos de culto estranho, dando-lhes reconhecimento civil, como no caso dos conversos e cristãos orientais; e os comentários de Maquiavel sobre a religião dos romanos, que - diferente da cristã - valorizava as virtudes em troca de glória e honra terrenas. No panegírico de D. João III recitado em 1533, João de Barros, com menções aos *Discorsi* e a *Il principe*, intentava cristianizar Maquiavel, pela continuidade entre a coragem militar e a dedicação dos romanos e o heroísmo dos soldados lusos, esmaecendo o aparentemente inconciliável. O resultado foi uma polêmica envolvendo humanistas e teólogos, habilmente analisada por Marcocci em outro estudo. Destaca-se a perspectiva atenta do autor às heterodoxias, revisando o paradigma de fronteiras políticas e culturais estanques para a compreensão do

Portugal moderno.

No *Cinquecento*, o momento mais crítico da expansão lusa também favoreceu um imbricado debate de ideias teológicas e políticas sobre terras ultramarinas e escravidão. A segunda parte do livro dedica-se às reflexões dos teólogos da corte acerca da religião e da violência, cristianismo e virtude militar. Como em Castela, esses opositos foram geralmente esbatidos pela perspectiva da conquista espiritual. Mas em Portugal não surgiram doutrinas oficiais alternativas às bulas papais, nunca contestadas. Entende-se assim a maior reticência lusa em relação às ideias de Francisco Vitória. Giuseppe Marcocci coteja os escritos de teólogos da corte e professores de Coimbra, definindo as possibilidades de conquista dos portugueses. Nesse tempo, sentenças dos deputados da Mesa da Consciência sobre a legitimidade de um eventual uso de armas habitualmente precediam as expedições militares. A teologia transformava-se em instrumento de governo, além da censura e da Inquisição.

Para Marcocci a escravidão era o núcleo político e econômico do império luso, que assumia assim uma dimensão global. Mas o contraste entre a perspectiva de conversão e as condições de vida dos cativos era um ponto delicado de consciência. No centro desta reflexão estava o batismo, e a distinção entre cristãos e não cristãos. Contudo, jesuítas também tinham escravos. Diferente da América espanhola, onde o protesto de dominicanos contra o tratamento imposto aos índios nas *encomiendas* achou resposta na proibição de seu cativeiro, no Brasil sobreviveu uma imprecisão legislativa aproveitada por traficantes e proprietários.

Face ao exemplo da expansão espanhola, mais territorial e “romana”, teólogos e juristas portugueses começaram a refletir sobre guerra e conquista de terras, deixando de lado o mar. Entretanto, qual seria o ponto de equilíbrio entre fé e mercado? Como interpretar a proibição do comércio com não cristãos, se em muitas regiões os muçulmanos eram os únicos parceiros dos portugueses? A retórica da coroa lusa incentivava a guerra santa e a destruição dos mouros, e o direito canônico vetava vender-lhes armas e produtos passíveis de serem usados contra os cristãos. Situações incômodas para oficiais régios e colonos, mercadores ou não. Por esse prisma, o império português era uma empresa comercial em pecado, os monopólios lusos no mundo sendo atacados por Lutero, Erasmo e Paolo Giovio - e defendidos por Damião de Góis.

A última parte do livro envereda por algumas sociedades ultramarinas, abordando ainda as mudanças internacionais. Giuseppe Marcocci observa que trabalhos recentes sobre Goa, por exemplo, confirmaram o primado da religião para definir uma estratégia entre teólogos, missionários e oficiais da coroa. Com efeito, Índia e Brasil conheceram experiências mais intensas de conversão. Destaca assim o afã missionário, sobretudo jesuíta, e sua incrível capacidade de adaptação; a política dos casamentos mistos; e a introdução parcial dos estatutos de pureza de sangue, com perfis diferenciados nessas duas frentes da expansão.

A mundialização do império espanhol, ao compreender as conquistas portuguesas, é narrada neste livro de modo peculiar. Na península ibérica, ela denotou a ascensão dos “arbitristas”, juristas consultores do rei, em sobreposição aos teólogos. Na Ásia, Marcocci esvazia o peso do avanço neerlandês para explicar o declínio luso: tratava-se de uma reorientação de eixo, da Índia ao mundo atlântico, na qual o novo poder Habsburgo foi decisivo. Doravante, o Brasil seria o novo coração do império. Enfim, pela pena do jesuíta flamengo Nicolas Bonaert, a serviço de Felipe III de Espanha, o historiador percebe uma teoria de domínio dos mares em resposta a Hugo Grotius, de nítida inspiração portuguesa. Ao mar livre contrapunha-se a pacificação do mar seguro, que só uma ordem imperial homogênea poderia garantir. Bonaert referenciava Tucídides, ao valorizar a talassocracia do passado. Os galeões lusos estavam então na Espanha, e a tendência defensiva da sua doutrina imperial contagiaria os castelhanos. Era a herança lusitana na monarquia hispânica.

Cumprasse assinalar o grande poder de síntese do autor, ao lidar com o melhor da historiografia pertinente em vários países, entre clássicos e trabalhos de revisão. Mas não somente. Giuseppe Marcocci potencializa a sua argumentação com preciosos insumos documentais, valendo-se dos arquivos europeus e de sua experiência com estudos eclesiásticos. Resta saber em qual medida, naquele tempo, *L'invenzione di un impero* foi mais um valor apenas difuso na pena de teólogos ou juristas, ou correspondeu de fato a uma ambição mais concreta de reis, governantes, mercadores, missionários e proprietários. Pois o termo *império* não ecoou na documentação portuguesa à época, como repercutiria posteriormente em Antônio Vieira, na conjuntura da Restauração, e mais adiante com D. Luís da Cunha ou D. Rodrigo de Souza Coutinho, com diferentes acepções não compreendidas pela cronologia deste livro. Ainda assim, louva-se o empenho do historiador ao implodir com as fronteiras epistemológicas, bem como ao realizar uma visão articulada do conjunto, interligando historiografias e fontes. Não surpreende portanto que, mais uma vez, seja o olhar externo de um estrangeiro ao mundo luso a conseguir de forma competente o intento.